PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

Política

Juristas manifestam apoio a projeto que regula a concorrência em mercados digitais

16 nov 2026 - 16h16 Compartilhar Exibir comentários

Por: **Flávia Said**

Ouvir texto 00:00

Resumo

Juristas divulgaram manifesto em apoio ao PL nº 4.675/2025, que visa regular a concorrência em mercados digitais e fortalecer o Cade contra práticas abusivas de grandes plataformas. Com votação prevista na Câmara, o texto do relator Aliel Machado foca na livre concorrência, impondo limites ao poder econômico das big techs sem criar tributos ou obrigações indiscriminadas. O setor de tecnologia, contudo, critica a proposta por temer que a medida amplie excessivamente a regulação e reprima a inovação.

Um grupo de juristas divulgou nesta segunda-feira um manifesto em apoio à aprovação do Projeto de Lei (PL) nº 4.675/2025, que regula a concorrência em mercados digitais. Segundo o grupo, o projeto, de autoria do Poder Executivo, representa um avanço na concretização dos princípios constitucionais da livre iniciativa e da livre concorrência, cuja proteção exige instrumentos capazes de impedir a dominação dos mercados, a eliminação de concorrentes e o aumento arbitrário dos lucros.

Entre os signatários do manifesto, estão o ex-presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) Vinicius Marques de Carvalho, a ex-conselheira da autarquia Ana Frazão e os pesquisadores Arthur Sadami, Beatriz Kira e Bruno Bioni. Também há nomes que estão hoje no órgão, como o atual superintendente-geral interino, Felipe Roquete, e o chefe de gabinete da conselheira Camila Cabral, Vitor Jardim.

Notícias relacionadas

Câmara do Rio aprova Medalha Chiquinha Gonzaga para Eduarda Campopiano, que se diz 'inimiga...

O que aconteceu com Andreas, irmão mais novo de Suzane von Richthofen?

Cármen Lúcia afirma que Bolsonaro infrigiu a liberdade da imprensa ao bloquear jornalistas...

No manifesto, eles dizem que, ao fortalecer a capacidade do Cade de enfrentar práticas abusivas das grandes plataformas digitais, o projeto "reafirma o compromisso da Constituição brasileira com a limitação do poder econômico e a preservação de mercados abertos à competição".

Segundo os juristas, a expansão dessas plataformas transformou profundamente a economia e a sociedade, promovendo inovações e criando novas oportunidades de

negócios e comunicação. No entanto, ao mesmo tempo, poucas empresas passaram a
as quais dependem inúmeras atividades econômicas e
stabelecem as regras que condicionam a atuação de outros
ndo suas condições de concorrência e de acesso aos
econômico afeta a liberdade de empresas, trabalhadores e

dcast (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado),
ser votado nesta terça-feira, 17, no plenário da Câmara. O
tado Aliel Machado (PV-PR), que se reúne com as bancadas

PUBLICIDADE

para tentar viabilizar a aprovação da matéria. Na última semana, ele esteve com os deputados do Progressistas e deve conversar com outros partidos até a terça-feira, 17.

Um dos principais pontos do substitutivo apresentado por Aliel é a definição de que designação das plataformas como "agentes econômicos de relevância sistêmica em mercados digitais" não implica no estabelecimento automático de obrigações especiais. Essas obrigações serão delimitadas a determinados serviços ou produtos ou modalidades de serviços ou produtos ofertados.

O relator também transformou a exigência de submissão obrigatória de operações em que os agentes designados sejam partes em simples notificação informativa (que traz menos custo e risco para as plataformas).

A cooperação com outros órgãos reguladores também foi ampliada, incluindo demais Poderes e entes federativos; e o papel da Secretaria de Acompanhamento Econômico e de órgãos federais é ampliado, para reportar descumprimentos de obrigações e encaminhar ao Cade recomendações de ajustes.

De outro lado, representantes das *big techs* criticam o texto, sob a alegação de que ele amplia os poderes do regulador e poderá reprimir as inovações tecnológicas. Entre parlamentares da oposição, também há argumentos de que o texto poderá representar uma espécie de censura através de algum tipo de moderação de conteúdo.

Segundo os juristas, o projeto amplia a transparência e combate práticas discriminatórias, o que amplia as oportunidades de participação de diferentes produtores e veículos de comunicação, garantindo a existência de alternativas aos intermediários que controlam a circulação de conteúdos na internet.

Também dizem que empresas que controlam infraestruturas essenciais podem restringir a entrada de concorrentes, favorecer seus próprios serviços e dificultar soluções alternativas. Instrumentos previstos no projeto, como a interoperabilidade, a portabilidade de dados e a prevenção de práticas discriminatórias, procuram remover essas barreiras. "Longe de representar um obstáculo à inovação, o projeto busca impedir que ela permaneça condicionada aos interesses de quem já controla os mercados."

PUBLICIDADE

O grupo também alega que o projeto tem finalidade concorrencial e não institui novos tributos sobre as plataformas digitais. E defende que o projeto não impõe obrigações automáticas e indiscriminadas a qualquer empresa de tecnologia. "Ele estabelece critérios de faturamento e relevância sistêmica para identificar os agentes abrangidos, além de procedimentos específicos para determinar suas obrigações. Essas decisões exigem fundamentação, justificativa econômica, respeito ao contraditório e deliberação pelo Cade, permanecendo sujeitas ao controle judicial", sustentam.

Por fim, o grupo diz que quanto mais se adia a imposição de limites ao poder econômico, mais difícil se torna fazê-lo. "A cada adiamento, relações de dependência se aprofundam e cresce a capacidade das empresas de resistir à regulação. As grandes plataformas digitais já se aproximam de um ponto em que seu poder poderá torná-las

praticamente irreguláveis."

de de assumir um papel de liderança na defesa da
s digitais, tornando-se referência para outros países. A
esentará um passo decisivo para construir uma economia
titiva e inovadora, na qual a liberdade econômica não seja
ueno de plataformas dominantes, mas garantia efetiva de
nercado", completam os juristas.

PUBLICIDADE

Compartilhar

TAGS POLÍTICA NOTÍCIAS

Curtiu? Fique por dentro das principais notícias através do nosso ZAP Inscreva-se

Comentários

Para poder interagir com todos comentários, faça Login na sua conta Terra

Fazer Login para participar

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie.

Confira também:



POLÍTICA

Fachin defende independência de juízes e diz que reforma não pode ser feita 'contra o Judiciário'

PUBLICIDADE

Meu Terra

PUBLICIDADE

Recomendado por Taboola

Mais lidas

1 TV
A Netflix proibiu para menores de idade: uma série coreana de 16 episódios que combina...

2 ECONOMIA
Ex-ministro Paulo Guedes é processado por faltar a evento no PI por não voar com escalas

3 TV
Paulistas ignoram reclamação de nordestinos e fazem audiência da Globo subir 10% com 'Lá...

4 TV
Paloma Arroyo, professora de pilates: 'A partir dos 50 anos, o corpo precisa de movimentos inteligentes...

5 PALMEIRAS
Alerta ao Palmeiras: punição financeira por cartões na final da Libertadores pode ser...

6 VERÃO
Lançado em 2005, este perfume da Natura era o favorito da minha mãe; com cheiro refrescante,...

PUBLICIDADE

7 NOVELAS
Quem Ama Cuida: Heitor expulsa Pilar e doa apartamento de Arthur para Adriana

8 ESPAÇO
Eclipse solar mais longo dos últimos anos vai transformar o dia em noite por mais de 6 minutos

9 FLAMENGO
Flamengo responde jornalista e afirma que não vai disputar campeonato em 2027

Últimas notícias

POLÍTICA

POLÍTICA

Câmara do Rio decide manter honraria a Eduarda Campopiano após proposta de...

POLÍTICA

Quaest: Brasileiro defende redução da maioridade penal e câmeras corporais na PM e é contra armas

PUBLICIDADE

PUBLICIDADE

POLÍTICA

Quaest: Centro cresce e atinge 39% do eleitorado brasileiro em 20 anos

POLÍTICA

Andrei Rodrigues nega crise na PF e diz que não será intimidado

POLÍTICA

Organizações da sociedade civil defendem PL que limita o poder das big techs

Recomendado para você

POLÍTICA

Flávio Bolsonaro procura casa de luxo nos EUA, diz colunista

POLÍTICA

Rio terá segundo turno para governador? Entenda situação após decisão de Zanin

POLÍTICA

Flávio Bolsonaro não se abala com rótulo de fugitivo e mira nova candidatura à Presidência

PUBLICIDADE

CIDADES

Incêndio de grandes proporções atinge fábrica de produtos químicos no interior de...

POLÍTICA

Dino mantém início da escala 5x2 para dezembro e flexibiliza folgas

POLÍTICA

Vereadora é condenada a pagar R$ 200 mil por incentivar empresários a demitir 'esquerdistas'